



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SAÚDE

REQUERIMENTO N. , de 2024

(Do Sr. Dr. Zacharias Calil)

Requer a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Saúde com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para debater sobre as medidas de controle, prevenção e mitigação dos impactos das queimadas na Amazônia e no Cerrado, bem como seus efeitos na saúde pública e no meio ambiente em todo o território nacional.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 24, III, 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja realizada audiência pública conjunta da Comissão de Saúde com a COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL para debater sobre as medidas de controle, prevenção e mitigação dos impactos das queimadas na Amazônia e no Cerrado, bem como seus efeitos na saúde pública e no meio ambiente em todo o território nacional, com a presença dos seguintes convidados:

1. Marina Silva - Ministra do Meio Ambiente;
2. Nísia Trindade - Ministra da Saúde;
3. Clezio Marcos de Nardin - Presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE);
4. Representante da Organização Mundial da Saúde (OMS) no Brasil;
5. Coronel Washington Luiz Vaz Júnior – Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás;
6. Pneumologista, Dr. Marcelo Fouad Rabahi.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil enfrenta uma crise de descontrole ambiental e sanitário que já afeta milhões de cidadãos em todas as regiões do país. A fumaça das





CÂMARA DOS DEPUTADOS

queimadas que devastam a Amazônia e o Cerrado está se espalhando por vastas áreas do território nacional, incluindo estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte. A situação é alarmante: o ar, que deveria ser um direito básico e universal, tornou-se um veículo de poluição e doença, comprometendo a saúde e a vida de pessoas de todas as idades.

Os dados são estarrecedores e exigem uma resposta imediata. Em agosto de 2024, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) registrou um aumento de 233% nos focos de queimadas no Amazonas em comparação ao mesmo período do ano anterior. A fumaça contém partículas finas de material particulado (PM2.5), que são altamente prejudiciais à saúde humana. Especialistas como Eduardo Landulfo, do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen), alertam que essas partículas podem penetrar profundamente no sistema respiratório, causando desde problemas respiratórios agudos até doenças crônicas e câncer.

O impacto sobre a rede de saúde é evidente. Hospitais em Manaus estão sobrecarregados, com pacientes apresentando sintomas graves, como tosse seca, dificuldade de respiração e crises alérgicas. Crianças e idosos são as principais vítimas dessa tragédia ambiental, que já afetou milhares de pessoas em todo o país. Relatos de mães como Miriam Galvão da Silva, que enfrenta a luta diária para tratar suas filhas pequenas expostas ao ar poluído, ilustram o sofrimento causado pela falta de medidas eficazes de controle e prevenção.

O cenário que enfrentamos não é novo. Em anos anteriores, como em 2019, a fumaça das queimadas já havia escurecido o dia em São Paulo, evidenciando a gravidade do problema. Apesar das promessas feitas pelas atuais gestoras do Meio Ambiente e da Saúde, a situação se agravou, demonstrando uma clara falha na implementação de políticas ambientais e de saúde pública.

Diante deste cenário, torna-se imprescindível a realização de uma audiência pública para que as Ministras do Meio Ambiente e da Saúde, juntamente com especialistas e representantes de instituições relevantes, expliquem as ações adotadas para enfrentar essa crise. A presença das seguintes autoridades é essencial para um debate abrangente e esclarecedor:

1. Ministra do Meio Ambiente: Responsável por coordenar as políticas de prevenção e controle de queimadas, sua presença é crucial para detalhar as medidas tomadas para preservar nossas florestas e reduzir a poluição do ar. A ministra também deve explicar como seu ministério está colaborando com outras esferas do governo para mitigar os impactos ambientais.

2. Ministra da Saúde: Diante da crise de saúde pública provocada pela poluição atmosférica, é vital que a ministra apresente as estratégias de sua pasta para proteger a saúde da população, incluindo campanhas de conscientização, distribuição de





CÂMARA DOS DEPUTADOS

equipamentos de proteção e ações de apoio aos serviços de saúde sobrecarregados.

3. Presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE): A expertise do INPE no monitoramento de queimadas e na análise dos impactos climáticos e ambientais é fundamental para compreender a extensão e a gravidade da crise. Sua participação é essencial para fornecer dados precisos e orientações sobre como melhorar o monitoramento e a resposta a futuros incidentes.

4. Representante da Organização Mundial da Saúde (OMS) no Brasil: A OMS, com sua vasta experiência e dados globais sobre poluição do ar e saúde pública, pode oferecer insights valiosos sobre as melhores práticas internacionais e como o Brasil pode alinhar suas políticas aos padrões recomendados para proteger a saúde da população.

5. Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás: O papel do Corpo de Bombeiros é crucial no controle, prevenção e conscientização acerca das queimadas. O Cerrado é a segunda maior formação vegetal brasileira, mas pelo acúmulo de biomassa seca, baixa umidade e altas temperaturas é cenário fácil para queimadas. Nesse sentido, a presença de um representante do Corpo de Bombeiros na presente audiência enriquecerá muito o debate.

6. Pneumologista: A fumaça proveniente das queimadas é tóxica e pode levar a quadros graves de saúde. O cenário de doenças respiratórias atual, reforça a importância do alerta de prevenção e autocuidado, além dos tipos de vírus (Sars-COV -2, influenza, VSR - vírus sincicial respiratório e rinovírus ainda temos que lidar com a poluição do meio ambiente. A participação desse especialista no debate trará alertas importantes à toda a população.

A convocação dessas autoridades visa a garantir um debate completo e transparente sobre as ações necessárias para enfrentar a crise ambiental e de saúde pública que assola nosso país. A sociedade brasileira exige respostas e ações concretas para preservar o direito fundamental de respirar ar puro e viver em um ambiente saudável. É fundamental que o governo federal tome medidas urgentes e eficazes para prevenir e controlar as queimadas, protegendo a saúde da população e nosso patrimônio natural.

Sala das Sessões, 26 de agosto de 2024.

Deputado Dr. Zacharias Calil – UNIÃO-GO

